



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 42

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º Reunião em 21/02/2020

Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, pela Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Primeira Secretária e a Vogal Ana Cláudia Pinto de Oliveira, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Débora Eunice da Silveira Lopes, João Bastos de Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Miguel Correia Girão, Rui Miguel Vieira Fernandes Almeida, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, Manuel Vieira dos Santos, Raúl Ventura Martins, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Ana Margarida Santos Valente, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltou o deputado, Carlos Francisco da Cunha Picado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, e Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão da Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Jorge Miguel Correia Girão, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rui Miguel Vieira Fernandes Almeida, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e Ana Margarida Santos Valente.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Carlos Ernesto Rodrigues de Barros, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nélson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, e Joao Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, por Débora Eunice da Silveira Lopes, João Bastos de Figueiredo, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, e Manuel Viera dos Santos, respectivamente.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, lembrou os pontos da “Ordem-do-Dia” constantes da convocatória de continuação dos trabalhos, para a Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo os seguintes:

Ponto 2 – Apreciação e Votação dos Contratos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do Município para 2020;

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Moção - Eliminação das portagens na A25/A29/A17;

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação - Das normas do Orçamento Participativo para garantir a democracia, a igualdade e a inclusão de cidadãos com menos recursos financeiros.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 – Apreciação e Votação dos Contratos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do Município para 2020.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/02/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, para fazer a apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[005](#)

"Muito boa noite a todos. Apenas uma nota sumária na introdução deste ponto. Trazemos esta proposta à Assembleia Municipal depois da devida apreciação e aprovação na Câmara Municipal, em primeiro lugar porque fazemos um balanço muito positivo do trabalho que temos feito com as juntas de freguesia, o que quer dizer, da execução dos contratos que executámos no ano findo de 2019. Esse é um pressuposto base. Nunca traríamos qualquer um destes 10 contratos se o balanço fosse inferior em qualidade e esse. É uma condição básica fundamental.

E em segundo lugar, aquilo que foi desenvolvido de todo um trabalho de negociação que tem uma parte de, digamos de ajustamento, que surge da avaliação do realizado em 2019 nas áreas que, enfim, que lhes vamos chamando de atividade corrente, que tem a ver com estas tipologias da gestão e manutenção das valas e valetas, dos jardins e espaços verdes, das bermas, dos caminhos rurais, dos sanitários, da limpeza do areal da praia de quem a tem, enfim esta componente que lhe chamamos de gestão corrente e que em termos classificação orçamental fica nessa rubrica. Mas obviamente depois há a outra componente que essa exige sempre um trabalho de reflexão e de debate, entre cada uma das entidades de consigo própria e depois obviamente na negociação que temos, para verificar naquilo que respeita ao investimento de capital, aos novos projetos, aqueles que são as opções de cada um e obviamente dentro das opções, aquelas que entendemos como prioritárias, numa lógica sempre equilibrada no quadro da dimensão dos contratos, na da relação das 10 juntas de freguesia.

Portanto este é o pressuposto deste processo e, portanto, quando nós verificamos os cerca de 800 mil euros que estão nesta componente que acabei de referenciar, no total dos dois milhões e cem mil euros, que é o valor que referenciamos, e que está obviamente condicionado e definido no nosso Programa de Ajustamento Municipal, este conjunto de investimentos que acordámos com as 10 Juntas de freguesia e que estão nas propostas, tem obviamente uma diversidade imensa, exatamente em razão daquilo que foram as propostas da Junta de freguesia. As nossas próprias obviamente. Também tivemos propostas para colocar em cima da mesa. E do acordo que fechámos na negociação que tivemos.

Dar nota que fizemos um trabalho a 11. As nossas duas reuniões de negociação e de discussão e de fecho dos acordos foram em mesa conjunta e em operação simultânea, para deixar claro que é assim que trabalhamos com as Juntas de Freguesia, de forma transparente, de forma igual, na dignidade e na dimensão política. Depois há diferenças, pois com certeza, no que respeita aos territórios, às tipologias, cada freguesia como é evidente é um caso e têm a sua personalidade própria e os seus condicionalismos, mas obviamente naquilo que respeita àquilo que é a dimensão institucional, o tratamento foi, tem sido, e continuará a ser absolutamente igual.

Portanto é neste quadro que conseguimos construir as operações. Consolidada numa relação de equipa institucional forte e séria. Num trabalho que é obviamente sempre acompanhado por mim, como é evidente, mas gerido diariamente pelo Senhor Vice-presidente Jorge Ratola, que obviamente nos merece um exercício de confiança forte, para termos negociado estas operações e estes contratos que têm efeito retroactivo a um de Janeiro deste ano.

Portanto a solidez desta relação têm esse nível de confiança que nos permite fazer este exercício. Relembro no quadro do Plano e Orçamento que aprovámos a maior parte da verba para alimentar estes contratos e para lhe dar cabimento para os podermos vir a assinar, estava na coluna não definida e, portanto, foi necessário fazer aquilo que aqui fizemos há dias, em reunião extraordinária, que foi fazer a integração do Saldo do exercício de 2019, para que toda a verba que estava na coluna não definida, passasse a definida, e por isso, possamos hoje na Assembleia Municipal concretizado esse acto formal, que também obviamente exigiu deliberação deste órgão, podermos agora que temos já a verba definida, já podemos assumir compromissos formais com a aprovação que aqui vamos fazer, concretizá-la, e seguirmos em frente, com a assinatura que queríamos muito que acontecesse no próximo dia 28 de Fevereiro. Mas, enfim, questões de agenda de duas Assembleias de Freguesia não o vão poder permitir, mas assinaremos seguramente pelos primeiros dias do mês de Março. Mas nessa lógica segura que está toda a gente a trabalhar, no quadro daquilo que está claramente acordado e tranquilamente acordado e, portanto, o mês de apresentação dos relatórios e do pagamento no que respeita aos dois

primeiros meses do ano é no mês três. É o mês de Março. Portanto tranquilos no que respeita à gestão financeira dos compromissos e das operações, pois aí não há nenhuma alteração em relação àquilo que o nosso procedimento.

Portanto Senhor Presidente, e caros colegas membros da Assembleia Municipal, é com gosto que trazemos esta nota de balanço positivo. É com gosto que trazemos estes 10 contratos. Estas 10 propostas, fruto dessa negociação, na certeza absoluta que desta forma marcaremos também por esta via, desta cooperação entre a Câmara e as 10 juntas de freguesia do município, um contributo para termos um bom ano.

Lá vai o tempo em que aqui mesmo nesta assembleia era uma tradição do mandato anterior, nos acusavam do pior no que respeitava à relação com as juntas de freguesia. Tudo falsidades e invenções procurando fazer querer que não nos dávamos bem uns com os outros. Não. Obviamente era outro tempo em que nem sequer tínhamos o direito legal de ter este tipo de trabalho e este tipo de compromissos com as freguesias. Ganhámos esse direito legal e obviamente já estamos em velocidade plena, em velocidade de cruzeiro, nesta fase da nossa vida em que nos referenciamos nos tais 2.100 mil euros, mas é bom que se lembre também somos dos municípios do país que mais investimento concretiza no interesse público, usando as suas parcerias com as juntas de freguesia. Também não é por termos um Programa de Ajustamento e limitações ao investimento, como temos, como é sabido, que colocámos este dimensão financeira desta cooperação num patamar mais baixo. Não. Achamos que ela é importante e por isso, ela se detém neste valor, mas este valor é um valor muito elevado e comparativamente à escala do país pertencemos ao grupo dos municípios onde a cooperação financeira com as Juntas de Freguesia atinge montantes mais elevados. Obviamente estarei ao dispor para o debate que vamos fazer. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [007](#)

"Boa noite a todos. Muito rapidamente. Nós, obviamente que isto converge em relação ao que pensamos em relação à descentralização e autonomia que deve ser dadas às juntas de freguesias. Parece-me que as áreas aqui consignadas são de facto, do ponto de vista de proximidade da população, são equilibradas.

Duas notas. A maior responsabilidade que isto transfere também para os executivos das Juntas de freguesia em relação à realização de todas estas ações e também a nota de que isto foi negociado com os Presidentes de Junta, respondendo a uma das minhas questões que se levantava, o que o que é de significativamente de realçar e julgamos positivo.

A minha questão prende-se com a questão do facto de haver uma possibilidade de vir a poder existir uma renegociação, no sentido em que as ações foram negociadas, mas do ponto de vista financeiro podem ter necessidade de haver aqui alguns reajustes em função da execução. Eu gostaria de saber se esta possibilidade existe. E se existe um período em que a mesma averiguação vai ser realizada. Mas do ponto de vista conceptual e genericamente nós estamos de acordo. Obrigado."

Vogal Ana Valente (PCP) [008](#)

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [009](#)

"Obrigado Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda como esta Assembleia bem sabe é a favor do princípio da subsidiariedade e defendemos também que devem ser transferidas competências para os órgãos que têm mais proximidade e que tem por uma razão de escala uma maior capacidade para executar certas funções dentro de um quadro de negociação

entre as partes. E obviamente também somos a favor da transferência de verbas para cumprir essas competências.

No entanto, também é sabido aqui nesta Assembleia nós temos um problema de fundo com o modelo anual destes contratos. Nós no Bloco de Esquerda defendemos que estes contratos deveriam ser plurianuais por motivos diversos, desde logo porque permitem projectos, obras, execução de competências, num período muito mais alargado. E isso é bom para satisfazer as necessidades das freguesias e das pessoas que lá habitam. E porque estes contratos no seu modelo actual vão de forma directa infringir num ponto que nós consideramos que é inaceitável, que é estes contratos na forma como estão desenhados, efectivamente promovem o uso e abuso de modalidades de contratos de trabalho como o emprego de inserção, recibos verdes, etc. precisamente porque não têm esse factor de médio prazo. Portanto na prática e tendo em conta aquilo que eu disse inicialmente, o Bloco é a favor da subsidiariedade, é favor da delegação de competências e é a favor das transferências de verbas para cumprir essas funções. Mas não podemos aceitar estes contratos que por serem anuais e por serem de curta duração, trazem para as relações laborais entre as juntas de freguesias e os trabalhadores que nelas exercem a sua actividade, para cumprir competências.

Já para não falar também que, este modelo ameaça seriamente a própria autonomia política das juntas de freguesia, que têm legitimidade própria, são órgão eleitos directamente e, portanto, tem consagrado neste acto uma legitimidade e autonomia próprias. E os contratos feitos assim desta forma promovem também na nossa perspectiva uma dependência excessiva entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, o que nós, digamos, achamos negativo.

Portanto por estes motivos o Bloco vai repetir a votação que costuma trazer aqui à Assembleia, sempre defendendo o princípio da subsidiariedade e da delegação de competências. Muito obrigado."

Vogal Raúl Martins (IND)⁰¹⁰

Vogal Miguel Costa (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹¹

"Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores Senhores deputados. É com enorme satisfação que a Freguesia de Requeixo/Nossa Senhora de Fátima/Nariz, assinala hoje a aprovação dos contratos de delegação de competências entre a Câmara e as suas dez freguesias.

Conforme tem sido habitual, após várias reuniões de trabalho, foi elaborada uma proposta que aceita as sugestões das freguesias, tendo estas assumidas com responsabilidade e determinação no cumprimento das mesmas.

No nosso caso específico registamos as delegações correntes com um ligeiro aumento do valor para 2020 em comparação com 2019.

Nas chamadas acções extraordinárias fomos contemplados com seis obras a realizar na freguesia. Desde Requeixo a Nariz passando por Nossa Senhora de Fátima.

Para finalizar resta-me agradecer o trabalho de equipa que a autarquia desenvolve com as suas freguesias, nomeadamente nesta matéria, ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice-Presidente. Muito obrigado a todos."

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹²

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹³

"Obrigada Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Estamos aqui mais uma vez para aprovar os contratos de delegação de competências. E é com muita alegria que

aqui estamos porque mais uma vez, se trata de um acto que teve antes, um trabalho de equipa, um trabalho colaborativo de todos, nomeadamente da Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente e do Senhor Vice-presidente, que têm sido fundamentais para que tudo isto aconteça e nós Presidentes de Junta. Eu realmente, o Senhor Presidente diz que o Bloco de Esquerda não tem gestão de freguesias. Porque de facto vir para aqui falar em contratos plurianuais, quando uma junta de freguesia não pode sequer fazer um contrato de telecomunicações plurianual é efectivamente estar a inventar. Nós somos obrigados a fazer contratos anuais.

Era muito melhor para nós que o pudéssemos fazer plurianual, porque tínhamos muito mais regalias, mas não. Pronto, mas esta coisa de falarmos quando não sabemos e não estamos no terreno a viver aquilo que nós Presidentes de Junta vivemos, que é por exemplo eu andar ainda este mês a trabalhar um contrato com a Vodafone porque não consigo fazer, não posso fazer um contrato plurianual, porque o Estado não me deixa, reparem não é a Câmara Municipal. É o Governo de Portugal.

Portanto, quando vimos para aqui falar em coisas inimagináveis como disse hoje Jorge Greno, realmente isto é falarmos de coisas que não sabemos. Portanto não é possível. Quanto às Juntas. Eu falo pela minha, mas acho que falo também por todos os meus colegas, porque não há reuniões privadas. Há reuniões de equipa e, portanto, estamos todos na mesa da negociação e falamos abertamente todos, sejamos nós do partido da coligação seja com os colegas do Partido Socialista, com quem reunimos em conjunto.

E temos também os nossos projetos plurianuais. Por exemplo, a capela mortuária de Esgueira e um projeto plurianual. Não é por isso que ela não se faz. Vai continuar a manter-se no contrato de delegação de competências. Estamos a trabalhar com lealdade, com verdade, e em equipa. E eu acho que isso tem sido notório. A proximidade é uma mais-valia. A proximidade de cada Junta com os seus cidadãos, mas a proximidade da Câmara Municipal com os seus Presidentes de Junta. E isso é notório nos últimos anos, nos anos em que realmente conseguimos ter delegação de competências e cumprimento. Não é termos delegação de competências no papel. É cumprir rigorosamente o envelope financeiro. E, de facto, é cumprir o envelope financeiro é muito importante. Porque ao contrário do que o Governo da nação faz, quer descentralizar e não se saber qual é o envelope financeiro, isto realmente é uma treta é uma conversa da treta.

Quanto ao município de Aveiro eu tenho o prazer de fazer parte dos órgãos do Conselho Geral da Anafre e conheço muitos colegas Presidentes de Junta e quando falo do valor que a Câmara Municipal de Aveiro dá às juntas de freguesia, de facto, é verdade que o município de Aveiro é dos municípios que fazem melhor nesta matéria. É o município que tem maior participação financeira para com as juntas de freguesia. De facto, nós (e por isso estamos aqui todos) nós, temos evidenciado que merecemos essa confiança que depositam em nós e, por isso a maior parte de todos os projetos que estiveram no início e que se estão a desenvolver continuam espelhados nos contratos de delegação de competências, com os valores que já foram gastos também espelhados. Eu acho que esta transparência da parte das juntas de freguesia e da parte do executivo da câmara é fundamental e é evidente, portanto, não vale a pena estarmos aqui a falar de coisas que não é possível de realizar.

Quanto à autonomia. Nós quando vamos para a negociação somos autónomos. Cada um na sua Junta para perceber o que é que precisa.

Em relação ao acompanhamento. Também deixar aqui esta nota que, eu falo por mim, mas sei que os outros meus colegas também têm essas questões às vezes. Às vezes é preciso fazer ajustes. Mas nunca foi por aí, pelo menos na Junta de Esgueira, se deixaram fazer porque não era possível fazer ajustes.

Por isso Senhor Presidente deixar aqui mais uma vez esta palavra de que a equipa está a funcionar e é para continuar a funcionar. E estamos disponíveis para mais um ano de trabalho em prol dos cidadãos, em prol de Aveiro e dos Aveirenses. Muito obrigada Senhor Presidente."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹⁷

"Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos. Neste ponto de delegação de competências nas juntas de freguesia, só fazer dois breves disparos. Fazemos um balanço positivo do que tem sido feito, principalmente a boa execução no terreno que juntas de freguesia têm feito, com as delegações dos anos anteriores. São parceiros de trabalho, parceiros de negociação e na execução das benfeitorias para Aveiro e para os aveirenses.

Refira-se que esta caminhada de parceiros é feita com todas as Juntas de Freguesia, sejam elas mais ou menos próximas politicamente do executivo camarário.

Para terminar Senhor Presidente, não podia deixar de fazer uma pequena leitura política sobre o silêncio do Partido Socialista neste ponto.

Ponto de delegação de competências para as juntas de freguesia. O PS não se inscreveu e não falou. Foram coerentes porque se nos lembrarmos é difícil na segunda-feira votar de uma maneira, na terça contra, nem é sim nem é não enfim, é o que calha.

E sobre este ponto concreto, o que nós temos a dizer politicamente é que os entendemos. Nós há um mês votámos aqui a integração do Saldo que permite estas delegações de competências entrarem em vigor. E por isso, entendemos essa coerência do Partido Socialista de não quererem falar. Porque era difícil votarem contra isto. Se votaram contra a integração do Saldo que permitia estas delegações de competências, hoje seria difícil votarem de outra maneira."

Presidente da Mesa⁰¹⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) ⁰²¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²²

Presidente da Mesa⁰²³

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁴

Vogal João Moniz (BE)⁰²⁵

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²⁶

"Brevemente Senhor Presidente..."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 30.º do Regimento⁰²⁷

"Senhor Presidente um ponto de ordem à Mesa. Do meu entendimento do Regimento, numa segunda ronda só falam os elementos que estiveram inscritos. Nenhum membro da bancada do PS se inscreveu e como tal não tem direito agora a usar da palavra."

Presidente da Mesa

"Qual é o ponto do Regimento em que o Sr. Deputado se baseia para dizer isso?"

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)

"O ponto certo não sei. Mas sempre foi assim nesta Assembleia. Sempre foi assim."

Presidente da Mesa:

"Então vou recordar ao Senhor deputado que na última reunião desta sessão e não preciso de ir mais longe porque isso já aconteceu várias vezes, o Senhor deputado Raúl Martins optou por fazer uma intervenção na segunda ronda (ouvem-se vozes). Senhores deputados, não está clinicado no Regimento. Se o Senhor deputado encontra no Regimento alguma coisa que proíba eu terei de seguir o Regimento. Mas isso não está no Regimento."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD):

"Senhor Presidente então a partir de hoje há a regra de que para falar na segunda ronda não é necessário estar inscrito inicialmente como determina o Regimento?"

Presidente da Mesa:

"Esse é o entendimento que eu faço. Não há nada no regimento que impeça os senhores deputados de intervirem. Aliás, nós estamos aqui e as regras o que é que pretendem. As regras pretendem que não haja atropelos de intervenções. Não pretendem limitar o direito de expressão de ninguém. Eu não vejo nada no regimento que impeça. Portanto o Senhor deputado, vou dar a palavra ao deputado Pires da Rosa. Se dívidas ficaram a minha interpretação é esta: não vejo nada no Regimento que leve a essa interpretação que não se possa intervir numa segunda ronda se não estiver inscrito. Não vejo razão nenhuma. Têm é que respeitar os tempos que o partido tem, obviamente."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[028](#)

"Brevemente. E já agora e já agora se me permite, de facto, tem sido sempre essa a percepção da mesa durante os anos que aqui estivemos até agora. Curiosamente o Raul Martins já uma vez só se inscreveu para fazer um pedido de esclarecimentozinho ao Senhor Presidente da Câmara depois do Senhor Presidente da Câmara ter encerrado o debate. É curioso que não se recorde agora.

Só para dizer o seguinte: O Senhor Presidente da Câmara esqueceu-se que o debate estava encerrado. Usou uma expressão que usa muitas vezes "com clareza meridiana". De facto foi claro naquilo que disse. Fez a extrapolação política legítima que fez. Foi é "meridiano" na forma como fez a exposição.

Devo dizer o seguinte. A gestão dos silêncios, que é política o senhor Presidente diz e bem, que é ensurdecadora e que sobretudo tem problema do que se pode perceber do silêncio de alguns e da interpretação, tem toda a arção nesse sentido. Então eu pergunto qual é a percepção de alguns identificação pode ser feita toda nesse sentido, eu pergunto-lhe qual é a percepção que o executivo tem, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, do silêncio dos outros 62,5% de Presidentes de Junta que foram eleitos pelo PSD e pelo CDS, que não disseram coisinha nenhuma aqui, não é. Porque dos 8 presidentes de Junta do CDS e do PSD só falaram três.

O PS não se inscreveu por uma razão simples Senhor Presidente. Isto é uma questão de gestão de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Essa gestão é feita absolutamente entre o Senhor Presidente os Senhores Presidentes de Junta. É evidente que há uma legitimidade democrática evidente e absoluta entre o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Presidentes da Junta mas eu posso dizer pelo PS e em meu nome, que fiquei expectante para perceber o que é que os presidentes de junta tivessem

dito. Olhei para os contratos delegação de competências. Espantar-me-ia e aí faria uma intervenção para perguntar, ó senhor presidente porque é que fez com nove e não fez com dez, etc, etc. Mas ninguém aqui fez qualquer intervenção, nem os meus presidente de junta de freguesia que são mais próximos do PS me levantaram nenhuma objeção em relação aos seus próprios contratos ou alguma dificuldade que tinham em relação aos outros.

E portanto o processo do ponto de vista do PS e do meu ponto de vista decorreu com a clareza sem ser meridiana, apenas com a verdadeira clareza que tem de decorrer nestas situações e portanto o PS não vai aqui estar a fazer grandes intervenções de fundo nem grandes intervenções políticas sobre isto, num assunto que está resolvido e que na Câmara Municipal os Senhores Vereadores tiveram oportunidade de se pronunciarem e votarem. Portanto para nós o assunto está arrumado.

Portanto foi esta a justificação. E era só isto que queria acrescentar."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³¹

"Senhor Presidente, eu vou só falar da questão do Regimento, porque acho que seria importante antes da próxima Assembleia haver uma reunião da Mesa com os Líderes de bancada.

Porque da minha interpretação, no número 1. do artigo 26º do Regimento há a obrigatoriedade de fazer as inscrições. "anunciado pelo presidente da mesa, o ponto da ordem do dia em apreciação, são abertas as inscrições, cabendo ao líder de cada grupo indicar quem são os membros para intervirem".

E, portanto, Senhor Presidente, neste caso não houve inscrições do Partido Socialista. Logo eu não tenho dúvidas de que não deviam ter podido falar.

Diferente foi a situação do deputado Raúl Martins na última Assembleia, que se inscreveu no momento das inscrições, prescindiu na primeira ronda e usou da palavra na segunda ronda com o tempo que tinha.

A gestão dos tempos na minha opinião é que depende de cada partido ou de cada deputado. Agora não havendo inscrições julgo que não deveria haver direito agora ao uso da palavra. Mas para que não volte a haver este tipo de problemas eu solicitava ao Senhor Presidente da Mesa que antes da próxima reunião pudéssemos tomar um café e falar deste assunto para esclarecer e não voltar a haver este tipo de várias interpretações sobre o mesmo ponto. Este ou outros que relendo o Regimento possam ser esclarecidos porque para bem de todos convém que isto seja esclarecido."

Presidente da Mesa:⁰³²

"Senhor deputado Jorge Greno, concordo inteiramente com esta última parte que disse. Nós estamos a meio do mandato e eu próprio já anotei aqui várias disfuncionalidades neste Regimento. E portanto nalguns aspectos seriam de enorme interesse que um representante de cada Partido e nos pudéssemos juntar calmamente para nos debruçarmos sobre algumas questões e que elas ficassem clarificadas. E se calhar até melhorar algum ponto para o tempo remanescente deste mandato, sem dúvida nenhuma."

Vogal Raúl Martins (IND)⁰³³

Presidente da Mesa⁰³⁴

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁵

Presidente da Mesa⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

"Apenas dar nota aqui que se a Direita votou contra propostas do Bloco votou muito bem. Pena tenho eu que noutras situações não tenha votado contra e ter sido uma oposição mais competente, porque o não foi. E vimos bem o que aconteceu no resultado eleitoral.

Deve lamentar-se é de os outros membros da Geringonça não terem aprovado. Aí é que está a delicadeza. Porque você é que tiveram a governação da pátria. Não era a oposição.

Mas pronto era uma geringonça na plena acessão da palavra. E a oposição foi tão incompetente que teve o miserável resultado que teve nas eleições e portanto a análise política está feita por quem manda, que é o povo eleitor, como é evidente.

Pedro Pires da Rosa, sabe que nós somos equipa na Aliança com Aveiro. Fazemos reuniões preparatórias, estudamos. Às vezes decidimos que é necessário falar muito às vezes achamos que é melhor não falar tanto. E portanto falou um presidente de junta que representa os presidentes da coligação, falaram mais três que representam outro partido, e se ouviu usaram a palavra "nós". E portanto a representatividade política é feita com essa clareza.

E eu também lhe agradeço, independentemente do Senhor Presidente lhe ter dado a palavra. Se cumpriu Senhor Presidente fez muito bem. Mas se não cumpriu (e isso é matéria que não me interessa nem um bocadinho) deu-me imenso jeito se cumpriu não ter cumprido. Portanto fica o meu agradecimento quer tenha cumprido quer não tenha cumprido.

Porque é aquela prova dos nove na reação ao que eu disse. É a prova dos nove. O único facto político ao lado daquele que é o mais importante que são os dez contratos que aqui estão, os dez acórdãos que aqui estão para continuarmos a trabalhar em equipa em prol dos cidadãos. O único acto político aqui relevante é a falta de qualidade total do Partido Socialista como partido de oposição, que quer impor a sua limitação democrática que impõe aos seus dois presidentes de junta, foi a rolha do Partido Socialista e que nunca anteriormente aconteceu em nenhum debate sobre esta matéria na Assembleia Municipal.

Mesmo falando os Vereadores, que sempre falam, não me lembro em 6 anos dos vereadores do partido socialista não falarem num dossier. Nomeadamente em contratos de delegação de competências. É o único acto político relevante ao lado do principal deles, que é a matéria que estamos a votar.

Lá o artigo do Regimento. Olhem, entendam-se lá como quiserem, façam a reunião que eu não quero saber disso para nada.

Que me deu muito jeito para fazer esta prova dos nove, política (porque estamos aqui a tratar de política) deu. Obrigadinho Dr. Pires da Rosa.

Eu sabia que em si ainda há algum gás. Nos outros não há gás nenhum. Em si o seu gászinho permitiu que a rolha saltasse. Agora na política, em dossiers importantes, mesmo que apenas tínhamos que elogiar não é por ser oposição que ficamos incapazes e possamos a posição, ficamos incapazes e incompetentes e impotentes para elogiar. Esta é que é a nota política. O resto é resto que não interessa. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento:⁰³⁸

"É mesmo defesa da honra Senhor Presidente. O Partido Socialista presa por ser um partido democrático, que intervém quando entende no momento que entende. E não é quando querem que nós falemos. Assim como a maior parte dos apoiantes da Câmara não fala, colegas do PSD e do CDS, não falam, há apenas dois ou três ou quatro que falam, ninguém aqui ainda veio dizer que é necessário que falem.

Depois. Não podemos permitir mesmo em democracia, em que cada um pode ter uma palavra diferente e uma maneira diferente de se exprimir, não podemos aceitar, sobretudo o Partido Socialista, que nos venham falar da imposição da "lei da rolha"

Ficou-lhe muito mal Senhor Presidente. Muito mal. A lei da rolha provavelmente será aquilo que os senhores aplicam quando aparece aqui todas sessões e não há um único deputado municipal que venha dizer que o Senhor Presidente ou que a Câmara ou o executivo não usaram ou não fizeram, e que deveriam ter feito.

Concluimos então que estamos perante um executivo absolutamente perfeito. Eu entendo enquanto líder desta bancada que aquilo que aqui foi dito foi deplorável. E rejeitamos categoricamente tudo aquilo que foi dito. Inclusivamente o líder da bancada do PSD dizer que é não, sim ou nim.

Nós somos um partido vertical. Temos coluna vertebral. Não nos baixamos. Mesmo quando achamos que as coisas nos estão a correr mal temos sempre uma opinião para dar. Se não a damos o Senhor Presidente sabe perfeitamente porquê.

O Partido Socialista no seu programa sempre defendeu as delegações de competências. Portanto quero que isto fique em acta porque isto ultrapassou aquilo que é discutir em democracia. Em democracia não se chamam nomes às pessoas. Nem se diz que tem gás ou que tem menos gás. É muito feio. Nós gastamos de brincar mas as coisas tem de ser sérias."

Presidente da Mesa⁰³⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

"Senhor Presidente, agora sou eu que lamento a sua decisão, embora a compreenda. Porque ficou provado nesta intervenção excitada da Senhora Ana Maria, excitada não peço desculpa, excitadíssima. Que eu não ofendi ninguém muito menos a honra socialista que é uma coisa que eu sou incapaz de ofender.

Portanto aí Senhor Presidente, compreendo ter dado a palavra e ouvir muito bem até ao fim. Mas ficou claro que a única coisa que ficou de relevante foi o som excessivamente alto daquilo que é o normal da Senhora Doutora.

Eu sei que tem de falar mais alto porque uma das outras notas importantes da vossa bancada são as faltas das figuras proeminentes, que passaram a faltarem sistematicamente. E a Senhora Doutora que é a quinta escolha na liderança da bancada tem de falar mais alto que o normal para se fazer ouvir na sua própria bancada.

Deixar claro Senhora Doutora que na política temos de saber ouvir e temos de saber levar o tau, tau.

E então quando merecemos é quando ele dói mais e é quando o grito é mais alto - e foi aquilo que fez.

Por isso agradeço, como à bocado agradei ao Pires da Rosa agora agradeço-lhe a si. Porque a sua declaração entre aspas de defesa da honra, porque não tinha nenhuma defesa para fazer porque não a desonrei nem a si nem à bancada (ouvem-se vozes). Acalme-se porque a vida não acaba hoje. Mas parece! Da vossa parte parece. Mas vai haver mais vida e mais Assembleias Municipais. E portanto, deixar claro, que mantereí a lealdade na disputa política com os partidos de oposição. Mas mantereí a clareza no discurso e a palavra no debate. Nunca a cobardia do silêncio, como percebeu, e a Senhora Doutora é uma pessoa muito inteligente, percebeu bem as figuras de estilo que utilizei escolhendo a "rolha" ou a "borbulha". A Senhora Doutora percebeu porque é uma pessoa inteligente. Mas agora deu-lhe jeito inventar, para transformar a figura de estilo da rolha e da bolha em ofensa á honra. A vossa honra é muito grande e por isso não se ofende por tão pouco,

porque eu não fiz qualquer acto ou qualquer das minhas poucas palavras que pudesse ter ofendido."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴¹ o Ponto 2 – Apreciação e Votação dos Contratos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do Município para 2020, sendo as propostas aprovadas por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS9+PCP1+PAN1), duas abstenções (BE2) e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal João Moniz (BE)⁰⁴²

"Senhor Presidente a minha intervenção no ponto seja a nossa declaração de voto."

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Moção - Eliminação das portagens na A25/A29/A17. De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra à deputada do PCP⁰⁴³ para apresentação da Moção.

Vogal Ana Valente (PCP)⁰⁴⁴

«Moção - Eliminação das portagens na A25/A29/A17

A introdução de portagens ex-SCUT trata-se de uma medida puramente política, não resolvendo nenhum problema de ordem financeira do estado central, constituindo uma tremenda injustiça para todos que lá circulam.

A introdução de portagens na A25, A29 e A17 teve graves consequências para as populações, que viram o seu poder de compra diminuído, assim como para o tecido económico. Além de agravar as dificuldades económicas dos utentes, já duramente afectados por baixos salários e rendimentos, por situações de desemprego e precariedade, esta medida conduz ao agravamento da situação económica de muitas empresas e dificulta em muito a vida de inúmeras pessoas que utilizam esta via para se deslocar diariamente para o trabalho ou para ter acesso aos serviços públicos, também eles fortemente penalizados com as opções políticas de sucessivos encerramentos de escolas, tribunais, hospitais e centros de saúde.

A garantia da acessibilidade e mobilidade das populações, o apoio às micro, pequenas e médias empresas e o apoio ao desenvolvimento regional, exige a eliminação das portagens nestas vias. A eliminação das portagens nas Ex-SCUT é uma medida que contribui para combater as assimetrias regionais, para o crescimento económico e mobilidade das populações.

A Assembleia Municipal de Aveiro defende que estas vias, por serem fundamentais para o desenvolvimento regional, por não terem alternativa viável e por imperativo de justiça não devem ser portajadas.

Assim,

1. A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 21/02/2020 delibera:

Solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente, aprovando o Projecto de Lei do PCP que consagra o fim da cobrança de portagens nestas vias;

2. Exigir ao Governo que elimine as portagens na A25, A29 e A17;

— Remeter cópia desta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.»

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Obrigado Senhor Presidente. O PAN acompanha aqui algumas preocupações que estão expressas nesta proposta. Não somos apologistas de que não se deva pagar portagens em todo o território. Existem estradas que devem claramente ter portagem, como nós pagamos o serviço de linha férrea, os transportes públicos, achamos que algumas estradas no país devem claramente ser pagas.

Relativamente a estas três, nós acompanhamos a preocupação aqui demonstrada. Há aqui argumentações que convergem claramente que a nossa posição já algumas vezes aqui a colocámos, mas lendo o documento sobressai aqui alguma dúvida em relação ao propósito da proposta, e eu passo a citar "solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente aprovando o projeto-lei". Se bem compreendo, esta assembleia vai solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente. Muito bem."

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁷

"Obrigado Senhor Presidente e muito boa noite a todos. A posição do Bloco de Esquerda sobre a pertinência ou até neste caso a falta dela, das portagens nas Scut não é de agora.

É conhecido que o Bloco de Esquerda apresentou projetos de lei para revogar as portagens nas Scut na Assembleia República já em 2010 e projetos estes que foram chumbados.

Mas ainda em 2015, o Bloco de Esquerda apresentou aqui nesta Assembleia Municipal, uma moção pelo cumprimento da resolução da Assembleia da República para a retirada da cobrança de portagens no pórtico na A25, conhecido como pórtico do Estádio. Aliás, que também foi chumbada por uma maioria de deputados do PSD e do CDS, mas também com um voto contra de um deputado do Partido Socialista.

Bloco de Esquerda opõe-se a este modelo porque pesa no orçamento de quem vive do seu trabalho e que pouco tem. Por tudo isto e também como a própria Moção diz e estou a citar "estas portagens não resolvem nenhum problema de ordem financeira do Estado Central".

Portanto o Bloco de Esquerda concorda com a proposta genérica desta Moção. Entendemos que este pode ser um dos muitos passos que esta Assembleia pode fazer no que toca a eliminação de portagens, que atravessa por exemplo, zonas de circulação urbana sem grande alternativa possível, quer até no que toca a alternativas socialmente mais justas, como seriam as melhorias a nível de transportes públicos.

Sobre esta Moção do PCP temos apenas dúvidas, convergem um pouco com as dúvidas do PAN, num dos pontos relativos desta mesma, exatamente "solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente aprovando o projeto-lei do PCP que consagra o fim da cobrança de portagens nestas vias." Estas dúvidas existem porque na Assembleia da República não existe neste momento nenhum projeto de lei do PCP sobre este assunto. Existem sim projetos de resolução do PCP sobre este assunto.

Existem projectos de resolução sobre a A25 e sobre a A29 e também do PS sobre a A25 e também do Bloco de Esquerda sobre a mesma. Mas isto como referi são projectos de resolução e não projectos de Lei. E, por isso, ficamos sem perceber a que se refere aqui o PCP com esta Moção.

Para além de também não entendermos porquê não estão usando esses projectos de resolução na Moção aqui apresentada.

De todo modo, como já referi, consideramos que este pode ser um passo importante para o fim destas portagens e para voltarmos a ter aqui esta discussão, para que possa diminuir o peso no orçamento dos aveirenses e dando-lhes alternativas possíveis de circulação. E, por isso, votaremos a favor. Obrigado."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. Não concordando na íntegra com proposta do Partido Comunista, vou votar favoravelmente, porque considero que devem ser abolidas todas as portagens existentes no concelho de Aveiro.

Deve ser abolida a portagem do Estádio, que é talvez a portagem mais iníqua do país. Devem ser abolidas as portagens que há na A17 quer a Norte, quer para Sul dentro do concelho de Aveiro. Até porque como nos dizia o nosso Presidente há dias, temos a N235 que é uma estrada nacional que está sobrecarregada de tráfego e em fracas condições.

Além disso advogo ainda a ideia de que a portagem dita de Angeja (Cacia) deve andar para a frente uns 300 ou 400 metros, de modo a evitar a desgraça que é hoje a passagem por dentro de Cacia, para tentar fugir não apenas à portagem do Estádio mas também a essa portagem de Angeja, que tanto prejudica os habitantes daquela zona."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. De certa forma como já foi referido pelo PAN e pelo BE eu acho que o texto desta Moção é confuso e não parece que faça sentido a Assembleia Municipal de Aveiro neste caso, pedir à Assembleia da República para votar favoravelmente um projeto de lei do partido que nós não conhecemos! Isto para mim não faz sentido nenhum.

Diferente seria se aqui tivéssemos uma Moção como aquela que aqui foi votada em 2010, antes da introdução das portagens, pela maioria dos partidos e inclusivamente o PCP. Mas que se solicitava o fim das portagens existentes dentro do concelho de Aveiro, ou no âmbito da Região de Aveiro. Mas eu penso que esta segunda parte deve ser mais ao nível da CIRA do que nós aqui. Nós devemos debruçar-nos sobre o concelho de Aveiro.

E, portanto, não votaremos favoravelmente uma proposta que fala, imaginem, das portagens todas do país, para depois vir falar nas que nos dizem diretamente respeito, para depois vir falar num projeto-lei que nós não conhecemos. Não vamos pedir à Assembleia da República para votar favoravelmente o que nós não conhecemos.

Nós aqui devemos sobretudo preocupar-nos sobre a realidade do concelho de Aveiro, daquilo que afecta os aveirenses.

E sobre este assunto, já foi aqui várias vezes falado pelo Senhor Presidente da Câmara, que já foram propostos sistemas de cobrança alternativos que faça que quem é residente não pague neste pórticos ou que quem entre nestas vias não pague os dois primeiros pórticos, hoje a informática permite isso.

O problema é que é capaz de haver por ai uns contratos muito complicados feito por um tal senhor que andou por aqui na SIMRIA há uns anos e que sempre foi casmurro suficiente ao recusar nomeadamente o pórtico do Estádio fosse retirado.

Esses contratos é que devem estar de tal maneira blindados que nem uma vírgula se consegue mudar lá. Isso é que é um problema que deve ser debatido. E o local próprio não é na Assembleia Municipal de Aveiro. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

"Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Pois o caso dá-se porque esta Moção vem em suporte de uma proposta que é no mínimo generalista. Ou seja, temos de pensar que nem sempre uma boa intenção dá origem a uma boa proposta política.

O que está aqui em causa é que há aqui uns princípios que são invocados e que são bons, mas a política só é boa quando é exequível. E uma das questões, por várias vezes discutimos

isto, ninguém quis mexer nas portagens até agora, não foi por questões políticas como se diz logo no 1.º parágrafo da Moção. Foi por questões orçamentais.

E dito isto é difícil ou impossível assumir o ónus que uma medida destas, desta maneira generalista, não atendendo à extensão nem às consequências, mas também e um pouco em concordância com o que disse o deputado Jorge Greno, pondo esta discussão num ponto que nos afasta daquela que tem sido de facto o ponto. Que é o que nos afecta e o que eventualmente partilhamos com alguns, mas que não partilhamos com a generalidade do processo. E aí iríamos inclusivamente às questões do pagador utilizador e do pagador poluidor, etc. Outras coisas que o PAN também trouxe aqui à discussão teriam também que ser consideradas.

Por isso não pôr um ónus numa assembleia, de uma proposta que eventualmente até inviabiliza todas as outras de resolução local pelas quais temos combatido e donde há apesar de tudo alguma sintonia.

Por isso não podemos apoiar embora como eu disse o princípio seja um princípio válido para fazer boa política - a justiça territorial, a coesão, etc. Agora é verdade que estamos um pouco num terreno movediço como aqui também já foi dito."

Vogal Joaquim Simões (PS)⁰⁵¹

Vogal Raúl Martins (IND)⁰⁵²

(Saiu da sala o Vogal António Augusto Cruz de Aguiar)

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

"Bem eu fico sempre aborrecido, o PCP veio aqui fazer um número que o Bloco nos costuma fazer, nos costuma apresentar, mas maneira um bocadinho diferente, vá. Evidentemente o tema é candente e faz sentido. Mas devo dizer o seguinte: sou amplamente contra, estou fatinho de dizer isso, em relação aos pórticos que que circundam Aveiro, nomeadamente os 2 pórticos, o do Estádio e o de Angeja, aliás nessa discussão da moto-serra cheguei a sugerir na altura o Senhor Presidente Élio Maia que tinha um porte grande que se encostasse ao pórtico podia ser que ele caísse, e sugeri tanto ao presidente Élio Maia como ao presidente Ribau Esteves já, que se encerrasse a estrada N109, que agora é municipal, a Avenida Europa à circulação dos camiões, que era o suficiente para criar aí um banzé talvez necessário.

O problema é que a gestão disto é uma política. Mas o que foi lamentável na altura foi aquando da colocação, e foi um governo do meu Partido que fez a colocação dos pórticos, o Secretário de Estado de má memória Paulo Campos. E não houve influência política na altura, quer por parte do meu Partido e das pessoas do meu partido na altura para impedir. E uma coisa é certa, é preciso muito mais influência para retirar, do que para impedir.

Hoje há um contrato concessão que deve ter umas cláusulas absolutamente magníficas e isso deve ser realmente necessário discutir muito sobre isso. Aliás, inclusive até que o Senhor Presidente da Câmara sobe a melhor forma de fazer a organização daquilo. Mas o que é certo é que houve quem tivesse essa habilidade na altura e que o presidente Élio Maia não teve.

Quem chegar ali ao nó Sul da autoestrada e virar à esquerda, consegue chegar a Ílhavo sem ter nenhum pórtico, mas tem de passar dois para chegar a Aveiro. Não sei, não me recordo quem era o presidente da câmara de Ílhavo de então, mas lembro-me de quem era o presidente da câmara de Aveiro, que era o Dr. Élio Maia e essa é uma verdade.

E devo dizer o seguinte. A mim custa-me porque esta Moção é apresentada e eu não percebo, aliás recebi no outro dia um email dos serviços da Assembleia com o projecto da

lei-quadro da regiões e não recebi este projecto lei sobre as scuts que devia ter recebido na mesma. Não houve sequer essa preocupação do PCP.

E parece-me a mim que a retirada pura e simples é colocarmo-nos na circunstância de sermos contra os pórticos para dizerem, o PS em Aveiro votou contra a retirada dos pórticos, etc. Isso é uma coisa que me aborrece. Acho injusta e não acho que seja proactiva para o fim. E penso que não há aqui ninguém que não defenda a retirada, a correção da absoluta injustiça que se fez com a colocação sobretudo daqueles dois pórticos aos aveirenses.

E devo dizer o seguinte. Acho que o Partido Socialista deve na minha opinião e aqui não estou a falar com como dirigente, nem tenho essa questão, deve ser um player activo para a retirada dos pórticos sim. E tem uma obrigação especial neste mandato, devo dizer pelas circunstâncias. Portanto continuarei sempre a dizer isso. Já o disse fóruns internos, externos, e agora digo-o aqui e direi sempre isto. Não há outra maneira de o dizer. Estes dois pórticos não fazem rigorosamente sentido nenhum e muito sinceramente a questão da mitigação de que quem é residente em Aveiro depois paga menos, isso a mim não me resolve coisa nenhuma. Eu acho que o pórtico do estádio está numa via local da cidade e acho que é uma injustiça. Isto é como colocarem um pórtico na 2.ª circular ou na VCI. É só imaginarem o que seria colocar um pórtico na VCI o que é que o Porto faria em relação a isso.

Quando o Salazar quis colocar portagens na Ponte Arrábida, que são aquelas casotinhas que lá estão, a população do Porto juntou-se e partiu aquilo tudo. Nem o próprio regime ditatorial da altura conseguiu fazer a implementação disso, só para terem uma ideia. Era o que nós deveríamos ter feito na altura, mas não fizemos. E agora temos um problema para resolver que no fundo foi admitido por nós. Dirão aí a responsabilidade não é minha é do seu Partido etc. Isso vai resolver o quê? Não vai resolver nada. Fica o problema por resolver.

Portanto nós todos aqui somos actores políticos, independentemente das nossas responsabilidades, uns têm mais que outros, não digo que não. Uns partidos são mais responsáveis que outros, também não digo que não, mas uma coisa é certa, todos temos a responsabilidade de resolver o problema por isso exercemos os cargos.

E, portanto, estou disponível para essa luta sempre. Sempre estarei. Não estou disponível para fazer uma aprovação em que sou contra todas as portagens que possam existir em todos as regiões, porque nem sequer acho que é a fórmula mais inteligente e política de fazer a retirada do pórtico. Direi, a forma mais inteligente é fazer todo o tipo de pressão. Mais, sem medo. Porque há alguns anos já fui presidente do PS em Aveiro e fui até muito criticado e recebi mensagens de camaradas meus, indignados, porque na altura fiz um post nas redes sociais, congratulando e dando felicitações ao Senhor Presidente da Câmara Ribau Esteves, porque ia fazer uma reunião, creio eu que com o presidente da Câmara de Viseu (foi há uns 4 ou 5 anos) e o presidente da Câmara da Guarda, que era enfim, aquilo era arranjar um fórum de força ao juntar ali três Presidente de Câmara para poderem fazer algum tipo de pressão. Fui muito criticado sobre isso. Mas não dou para esse jogo, não dou para esse peditório, a minha questão sempre foi a retirada dos pórticos. Acho que é uma vergonha que lá estejam e sinto-me envergonhado em cada dia que passa desde o dia em que lá foram colocados até ao dia em que forem retirados."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[054](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Como sabem, quem acompanha esta assembleia, há muitos anos sabem que a minha luta é antiga relativamente aos pórticos na A25, sobretudo entre Angeja e o nó do Estádio. E que isso está, ainda bem que a Câmara o fez embora fosse

criticada, de incluir no PDM estas vias incluindo também a A17, no sistema de circulação exterior do município de Aveiro. E, portanto, isto é uma luta antiga.

E queria aqui recordar uma reunião promovida pelo JN, com o Jornal de Notícias, em que o Eng. Paulo Campos veio cá supostamente justificar a introdução dos pórticos nestas zonas. E os maiores críticos perante ele fui eu e foi o Eduardo Feio.

Eu fico agora espantado que logo que o Dr. Eduardo Feio vai para Lisboa esqueça-se de Aveiro. Nunca ninguém mais ouviu o DR. Eduardo Feio falar da injustiça que são estas portagens.

É evidente que as Scuts começam por ser uma mentira logo no início. Porque o que nos foi dito e aos portugueses é que eram isso mesmo, Scuts. Mas quando o Eng. Paulo Campos introduziu as portagens foi um espanto para nós porque nos prejudicou imenso.

E eu agora acho muito estranho que o Partido Comunista Português quando teve força no Governo do país, nos últimos quatro anos, não tenha exigido nas negociações que teve com o Governo juntamente com o Bloco de Esquerda, porque o Bloco de Esquerda quis aqui fazer também uma recomendação e consegui que a Assembleia Municipal não a aprovasse porque o BE só recomendava a retirada do pórtico do Estádio. Não recomendava a retirada do pórtico de Angeja que também prejudica Aveiro, assim como os existentes no prolongamento para a A17.

Diz-se que isto não tem custos financeiros! Ó senhora deputada o Presidente da Câmara sugeriu ao Ministro Pedro Marques a suspensão dos dois pórticos na A25 temporariamente, para fazer as obras na N109 em Cacia. Sabe qual foi a resposta do governante Pedro Marques? Não. Porque num ano perdemos 10 milhões de euros! Portanto cuidado com essa questão do não tem custos.

Agora isto não é uma proposta para os aveirenses. Acho que os aveirenses se devem unir todos para que os pórticos que existem no município de Aveiro, já nem digo retirados, aproveito a sugestão dada pelo Presidente da Câmara de Aveiro (e como disse o deputado Jorge Greno tecnicamente isso é possível) que a passagem entre esses pórticos não seja portajada, mas quem vier do Porto e quiser continuar paga tudo e apenas quem utilizar estes não paga.

Portanto sejamos sérios. Os aveirenses até porque agora têm o instrumento do PDM onde estas vias são tratadas como cinturas internas, devem bater-se todos pela eliminação das portagens para quem utilize aqui no nosso concelho.

É evidente que houve falta de força política. Cuidado deputado Pires da Rosa, porque poderiam ter feito o mesmo que fizeram com aquele pórtico ali que vai para a Barra e que nos disseram que não era para portagens era apenas para contar os carros. Obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

"Senhor Presidente sobre esta Moção do Partido Comunista, iremos votar em coerência. E iremos votar contra a proposta pelos pressupostos aduzidos na mesma e pela proposta em si.

Difícilmente ou nunca, votaríamos uma proposta que diga "solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente." Ou mesmo que exija ao Governo que elimine as portagens todas. Nesta bancada não somos contra as portagens todas. Somos favoráveis às portagens no geral. E como tal votaremos este assunto com coerência.

Esta bancada é contra estes pórticos que estão na via de cintura interna do concelho. E somo assim favoráveis ao pagamento das portagens com estas exceções. Para esta bancada e nesta assembleia já votamos propostas nesse sentido, somos contra as portagens em troços curtos, urbanos, e dentro do concelho de Aveiro.

O Executivo com o apoio do PSD na aprovação do PDM, na sua alteração viária, consagrou e quer estes troços de autoestrada intra concelho de Aveiro na sua circular de área externa. Apoiaremos e subscreveremos qualquer proposta nesse sentido.

Mais. Já disse ao Partido Comunista que se no futuro trouxer cá uma proposta de eliminação e extensivo a todos os partidos, se em Abril vier cá uma proposta para retirar as portagens dentro do concelho de Aveiro, nós votaremos favoravelmente. Esta, pela sua generalidade, teremos de votar contra."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

"Obrigado Senhor Presidente. Uma nota histórica em relação ao que disse o Pires da Rosa. Foi pena que o Presidente da Câmara de Aveiro não se tivesse empenhado e trabalhar como trabalhou o da Câmara de Ílhavo. Porque poderíamos ter conseguido não activar o pórtico do Estádio como conseguimos não activar o outro pórtico que está no município de Aveiro (quem vai para a Barra), mas que era particularmente gravoso para o município de Ílhavo.

Lembro-me perfeitamente da última ronda negocial que era vários presidentes de câmara a exigir a não colocação de pórticos e, nalguns casos a retirada. Porque na última ronda negocial feita no Governo Civil de Coimbra, a maior parte dos pórticos já estavam instalados, e foi pena. Porque nestas coisas a luta faz-se até ao limite. E nós tínhamos argumentos. Porque às vezes há lutas difíceis que não temos argumentos. Mas no caso tínhamos. Mas a história é feita assim.

E se isso foi lamentável é lamentável aquilo que todos os governos vêm a fazer até agora que é manter a situação. E, portanto quero deixar essa primeira nota histórica.

Segundo. É pública a proposta, mas apenas dar-vos nota que no quadro da gestão da Câmara Municipal de Aveiro e da gestão da CIRA, já apresentámos ao atual Governo, ao novo Governo, mesmo consciente de que ele é muito parecido com o anterior, mas tem nuances. E com o anterior o Casimiro Calafate já disse o que aconteceu numa resposta inenarrável do Ministro Pedro Marques e do Secretário de Estado Oliveira Martins, mas pronto. A este Governo já apresentámos formalmente dupla proposta.

Há uma proposta no quadro do município de Aveiro e há uma proposta no quadro da NUTIII da Região de Aveiro que tem a ver com isso. A não cobrança nos circuitos curtos, essa é a proposta. Já oficiamos e já tivemos as primeiras reuniões. Portanto já estamos a negociar e eu não farei declarações sobre esta matéria até ao fim do mês. Mas obviamente vai haver um tempo em que falaremos sobre isto publicamente.

Embora uma das primeiras notas que surgiu em cima da mesa foi a rentabilidade do pórtico do Estádio. Que é um valor tremendo. Falaremos um dia destes porque estamos a pedir informação rigorosa sobre a receita de cada um dos pórticos no concelho, sobre a receita dos circuitos gerados apenas em curta distância, para termos uma abordagem global, sabendo que a reação base deste governo é igual à dos três anteriores.

E a proposta que está em cima da mesa, que eu considero ridícula, é fazer-se um descontinho para alguns troços de autoestradas portajadas no interior do país! O interior do país não precisa de desconto. Porque os descontinhos que este Governo já aprovou não vão resolver coisíssima nenhuma. Nem os 4.800 euros de incentivo para se ir para lá viver. Não resolvem nada. É aquela opção política de se fazer de conta que se resolve as questões e as problemáticas da desertificação ao nível demográfico e ao nível económico desses territórios. Mas a nós obviamente não nos seduzem com este tipo de matéria.

Portanto deixar essa nota. As nossas posições e as nossas propostas que já vimos apresentando aos vários governos, já estão formalmente apresentadas. Já estamos à mesa e, portanto, é nesta fase todo o nosso investimento nessa discussão e nessa negociação,

sabendo aquilo que é público. E eu não quero saber que este Governo tem um truque muito desagradável, não sei até onde o levará, os membros do Governo são todos bons menos o Centeno que é quem manda no dinheiro.

Eu há dias dizia ao Primeiro-Ministro meio a brincar meio a sério, como tanto gosta de fazer ele próprio, ó Senhor Primeiro Ministro ou o senhor passa a mandar que haja um representante das Finanças em todas as reuniões que nós fazemos com outros membros do Governo ou nós vamos acabar e parar as reuniões com os membros do Governo porque elas não servem para nada. Porque quando chegámos à matéria financeira são muito poucas as reuniões que não tenha uma expressão financeira qualquer, parou a conversa, não temos dinheiro, tem de ir ao Ministro das Finanças. E como sabem o Ministro das Finanças não recebe em audiência os Presidentes de Câmara nem os Secretários de Estado.

E assim não temos acesso àquele patamar do poder. Mas eu disse, como dizia há dias na minha 1ª reunião com o Ministro Pedro Nuno Santos, sois todos membros do mesmo governo. Portanto entendi-vos. Eu também tenho de me entender com os colegas que comigo governam a Câmara.

Isto de sermos todos bons e há ali um mau que não nos dá dinheiro, não. Isso não. Mas pronto queria deixar este ponto de situação sabendo que pronto voltaremos a esta matéria e acho que vai ser possível concertarmos posições todos, pois todos defendemos a mesma causa.

O unidos venceremos com a utilização da motosserra do Raúl, eu acho que não vai servir por mais que a motosserra seja competente. Vamos ver se o processo negocial nos vai dar alguma coisa. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP):[059](#)

"Senhor Presidente para dar resposta a algumas questões que foram colocadas. De facto, desde 2010 o pagamento nas Scuts foram implementadas. E o PCP vem apresentando projetos de lei e nesta legislatura não será exceção. Projetos de lei esses que são consecutivamente chumbados.

Já agora só para que não haja confusões, nós falamos aqui de portagens nas Scuts. Não falamos aqui de portagens generalizadas como parece que pode ter havido um entendimento de errado.

O CDS fala aqui do concelho ou da região de Aveiro, e é mesmo na região de Aveiro que nos estamos a basear para apresentar esta Moção. Dizer também tanto ao CDS como ao PSD e naturalmente também ao PS, que aparte dos projetos de lei apresentados, dos projetos de resolução apresentados, neste Orçamento do Estado o PCP tinha também uma proposta para a eliminação das portagens nas ex-Scuts que se viu inviabilizada por PS/PSD/CDS. Votação que aconteceu ainda agora há bem pouco tempo. Portanto não há falta de oportunidade para verter em lei o que é defendido aqui e o que é defendido em tantos sítios.

Relativamente às questões da mobilidade e de sobrepor o transporte próprio ao transporte coletivo, de facto, nós temos até o hábito de vir aqui denunciar os vários problemas nos transportes públicos existentes no concelho de Aveiro e na região de Aveiro. E por isso mesmo e por sabermos desses graves problemas, também sabemos, que nem para toda a gente é possível ou exequível utilizar o transporte público e como tal necessita de utilizar viatura própria, mas para isso necessitam de vias que lhes deem a devida segurança. Consideramos, vamos sempre bater-nos pela questão dos transportes públicos, da mesma forma que nos continuaremos a bater pelo fim das portagens nestas autoestradas.

De facto não conseguimos compreender, recordo-me quando viemos apresentar uma Moção em Setembro à cerca de outro assunto, que também diziam ser uma jogada política, porque

tínhamos eleições em Outubro. Pronto, estamos em Fevereiro, as próximas eleições demoram quase um ano. Parece que tudo, todas as Moções que são aqui apresentados, seja em que sentido for, são jogadas políticas. As Moções apresentadas aqui fazem parte da política, fazem parte do que é o exercício democrático que felizmente caracteriza o nosso país.

Portanto, esta Moção a serve, aliás, tal como como é dito, para apresentar uma recomendação ao Estado Central, para apresentar uma recomendação ao Governo, no sentido em que, tal como foi aqui a discussão tida até agora, parece que todos concordamos, em moldes diferentes, mas que todos concordamos que isto é de facto uma injustiça que afecta gravemente a população do nosso distrito. É pena que se perca outra oportunidade para fazer esta recomendação que é tão importante e que era tão importante que ao longo do país fosse tida para que possa ser vertido em lei. Porque é uma injustiça há 10 anos e que nós nunca deixaremos denunciar e de tentar reverter. Disse."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶¹

"Senhor Presidente, só para tentar esclarecer posição do PAN. Vou tentar ser o mais rápido possível. A questão do texto inicial, o fundamento, nós estamos completamente de acordo. O que nos suscita, aliás, numa primeira leitura que o Partido fez deste documento a tendência era votar a favor. A releitura é que nos suscitou dúvidas. É precisamente nos pontos que iríamos deliberar. Esta solicitação ao Parlamento parece-nos de facto ambígua porque trata dum projecto lei que não está anexado à proposta. E eu pessoalmente desconheço. E por boa-fé que tenha e que concorde com a argumentação supracitada, não consiga aferir o conteúdo do projeto lei.

Presumo que haja uma redundância porque nesse projeto-lei já deve estar consignado ponto 2. Parto do princípio que o projeto de lei do PCP tem como propósito eliminar as portagens nestes troços de Aveiro.

O último ponto da Moção parece-me óbvio e linear, mas a questão é esta, é a forma como a proposta está redigida. Isso também já nos aconteceu também ao PAN trazer uma proposta e de repente irmos para casa e pensarmos não era assim era de outra forma.

Portanto o nosso dilema é de facto nestes últimos pontos. Não tem que ver sequer com a fundamentação. Converge quase completamente com a posição do PAN, nós não somos pela liberalização das portagens na íntegra em todo o território. A não ser que liberalizem a linha férrea, os autocarros, o metro passe a ser tudo gratuito, mas enquanto pagarmos esse tipo de mobilidade de transporte, obviamente que não concordamos que se tire as portagens em todas as autoestradas do território. Mas esta argumentação parece-me boa, bem estruturada. O problema é que depois no propósito, ou melhor, na forma como se quer atingir esse objetivo parece-me muito confuso. E de facto nós não conhecemos o projeto-lei. E votar a favor, bem eu estou aqui num dilema, quero votar a favor, mas por outro lado acho que do ponto de vista intelectual não parece muito honesto fazê-lo. Obrigado."

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰⁶²

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶³

"Senhor Presidente, apenas para lamentar que até hoje não tenham compreendido a metáfora da motosserra. A metáfora da motosserra era a força desta Assembleia. Que se devia ir lá junto, lá no sítio, e que se obrigasse a que se tirasse. Ter força para que se tirasse. Nunca ninguém percebeu! Olhem mas já estava na altura de perceberem porque são pessoas inteligentes.

E vejam lá, eu vou votar a favor uma proposta do PCP o que é raro em mim. Por uma coisa muito simples. Porque se alguém propusesse no país que um determinado imposto passasse para zero e isso me atingisse também, eu votaria obviamente e aceitaria uma proposta que ele diminui-se 3 ou 4 por cento. Portanto esta proposta é, no fundo, uma proposta neste sentido, ela diz "em todo o país" e a gente diz não pode ser em todo o país porque somos defensores do utilizador pagador, mas isso engloba também a nossa. E eu não posso obviamente atirar a água do banho com o bebé dentro, tudo fora."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁴

"Muito obrigado Senhor Presidente. Eu já referi numa reunião anterior sobre portagens em Scuts, onde há casos de Scuts onde a meio da Scut se deixa de pagar. É o caso da zona da Póvoa do Varzim/Vila do Conde. E mais a norte a seguir a Esposende também há lá uma zona que desaparecem os pórticos. E até há uma que não é Scut mas que é autoestrada que é a zona de Bombarral, que deve ter sido para a pêra rocha sair mais baratinha.

E estas incoerências ninguém foi capaz de explicar. Porque é que há aqui umas zonas que não sendo do interior, são todas do litoral, e há por ai uns cidadãos que são mais que os outros e, portanto, nos seus percursos urbanos, como é o caso de Póvoa/ Vila do Conde, não têm de pagar.

Segundo sobre a coerência do Bloco de Esquerda. 30 de Abril de 2010 nesta casa, houve uma Moção contra as Portagem das Scut no concelho de Aveiro, todos votaram a favor menos o Bloco de Esquerda! A coerência é esta. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Há deputados noutros municípios que têm motosserra que funcionam e nós calhou-nos um que tem uma motosserra estragada.

Mas relativamente à questão. É assim, o que custa depois deste debate é ouvir que é uma pena e que vocês não perceberam. Nós percebemos! Que é atirar localmente a cada Assembleia Municipal as estradas locais, mas depois a meio do texto diz "eliminar ou combater assimetrias através da eliminação das portagens em todas as vias".

Ou seja o que está aqui em causa é que nós não estamos a falar sobre uma proposta de lei para eliminar estas. É uma proposta de lei para eliminar todas. Para conseguir o apoio desta assembleia e de todas as assembleia do país. Por isso quando a gente ouviu "é uma pena que vocês não entendam". Não, a gente entendeu e deixou muito claro quais são os argumentos. Era só deixar isso claro como ponto."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁶⁶ à votação o Ponto 3 - Apreciação e Votação da Moção - Eliminação das portagens na A25/A29/A17, sendo a mesma rejeitada, com trinta votos contra (PSD16+CDS6+PS8), uma abstenção (PAN1), quatro votos a favor (IND1+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes deputados:

Vogal Eduardo Antunes (BE)

"Apenas para dizer que a primeira intervenção que fiz neste ponto seja a nossa declaração de voto."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"Senhor Presidente, a minha segunda intervenção como declaração de voto."

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação - Das normas do Orçamento Participativo para garantir a democracia, a igualdade e a inclusão de cidadãos com menos recursos financeiros.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado do BE para apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal João Moniz (BE)⁰⁶⁷

«PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Das normas do Orçamento Participativo para garantir a democracia, a igualdade e a inclusão de cidadãos com menos recursos financeiros

O Orçamento Participativo é um importante instrumento de envolvimento, participação e decisão dos cidadãos na democracia. No entanto, as normas de participação do Orçamento Participativo com Ação Direta do Município de Aveiro enviadas a esta Assembleia Municipal levantam desde logo várias preocupações sobre a democraticidade das mesmas.

O número 2 do artigo 7º (financiamento) das normas de participação do Orçamento Participativo com Ação Direta do Município de Aveiro estipula que:

«As propostas ficam habilitadas a um apoio financeiro que pode participar até ao máximo de 2/3 (dois terços) dos custos totais do projeto, sendo o remanescente financiado pelo proponente».

Assim, os cidadãos são chamados a pagar até 10.000 euros para a execução do projeto. Este valor pode ser substituído por doação em trabalho.

Desde logo são excluídas de votação as propostas que não tenham essa comparticipação de financiamento asseguradas por parte do proponente. São ainda excluídas propostas que, mesmo que sufragadas e vencedoras, acabem por não obter realmente essa comparticipação. Estamos, pois, perante uma exclusão deste processo de várias pessoas sem recursos financeiros.

O próprio documento das normas de participação, elaborado pela Câmara Municipal de Aveiro, cita o n.º 1 do artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa: «todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos».

A Constituição da República no seu artigo 13º define também que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de situação económica ou condição social.

Face ao exposto, consideramos que a norma de comparticipação do projeto por parte do proponente retira a possibilidade de vários cidadãos e cidadãs de participarem no Orçamento Participativo em Aveiro. Com efeito, cidadãos com menores recursos financeiros e menores rendimentos não podem efetivamente aceder a este mecanismo de democracia participativa.

Há várias normas de participação do Orçamento Participativo com Ação Direta do Município de Aveiro que levantam preocupações, mas há desde logo uma – a exclusão de cidadãos em situação de maior vulnerabilidade económica – que deve ser desde já corrigida.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de fevereiro de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro: A alteração das “normas de participação do Orçamento Participativo com Ação Direta do Município de Aveiro” no sentido de remover

a comparticipação financeira da execução da proposta por parte do proponente, como forma de garantir a igualdade e a participação de cidadãos com menos recursos financeiros.»

(Reentrou na sala o Vogal António Augusto Cruz de Aguiar)

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[069](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Nós temos perguntado sempre pelo orçamento participativo ao executivo. Há meses que vínhamos questionando o Senhor Presidente em relação ao momento de lançamento deste mecanismo muitíssimo importante. E de facto ficamos dececionados porque não compreendemos este condicionalismo. Acho que já lemos todos os regulamentos mais importantes, existem em alguns condicionalismos ao nível do âmbito, mas nunca em relação ao financiamento. Não entendemos esta opção do executivo. Parece-nos contraproducente, bastante injusto, muito pouco democrático.

Não sei se o propósito é lançar, como disse o Bloco, projetos empresariais, mas ainda assim não compreendemos. Achamos manifestamente injusto. É praticamente inédito..."

Presidente da Mesa:

"Senhor deputado peço desculpa. O Senhor deputado está a fazer uma intervenção sobre uma proposta que nos foi apresentada pelo Bloco de Esquerda. Está a dirigir-se ao Presidente da Câmara como se estivesse a discutir o regulamento que foi aqui discutido na devida altura. Portanto deve fazer as alegações sobre a recomendação."

Vogal Rui Alvarenga (PAN):

"Senhor Presidente o facto de eu olhar para o Senhor Presidente não significa que me esteja a dirigir. Bem eu já vi a rolha. Eu não fiz qualquer intervenção sobre o regulamento. E se me permite é assim: nós estivemos a discutir passar por cima do regimento por causa de uma convecção informal que alguém estipulou há uns anos. Eu já foi impedido de intervir uma segunda vez por causa dessa dita convecção instituída por alguém que ultrapassa o que está de forma regimental estabelecida. Mas pronto eu sou a pessoa mais flexível do ponto de vista das intervenções.

Bem eu não me estou a dirigir ao Senhor Presidente, estou-me a dirigir ao Bloco que eu já opinei sobre essa matéria. Revindiquei a celeridade processual para apresentação do Orçamento Participativo e de facto concordo com o Bloco. Isto é lastimável o que aqui está. Isto é um condicionalismo muito pouco democrático. Claramente impeditivo de uma serie de projectos que poderiam aparecer e nessas condições não vão aparecer. Pronto. Tenho dito."

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[070](#)

"Muito obrigada Senhor Presidente. O PCP considera, de facto, que uma gestão democrática tem de ser inseparável do que é uma ampla e permanente participação da população nas decisões que a si que lhes dizem respeito.

Dito isto, consideramos que a população tem que estar envolvida nas decisões que afectam o seu dia-a-dia e não apenas numa fatia muito pequena do Orçamento Municipal que é o orçamento participativo.

Estes métodos são conhecidos e visam legitimar de facto legitimar a conceção de que os cidadãos participam ativamente nas decisões da cidade quando lhes é dada apenas a

oportunidade de participar nessa pequena fatia e quando muitas vezes lhe é condicionada a participação noutras questões centrais, como há aqui até vários exemplos disso. Ainda assim, consideramos que esta proposta do Bloco de Esquerda vem minimizar o que é por si uma conceção injusta da participação cidadã, mas ainda assim, dentro do que é tudo isto, do que esta conceção que consideramos errada do orçamento participativo, isto é um passo positivo. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[071](#)

" Obrigado Senhor Presidente. Apenas para dizer dos motivos que já aqui apresentei, de que isto é a prova de vida nesta Assembleia do Bloco de Esquerda. Portanto já apresentaram a sua prova de vida e como sempre o meu voto está predefinido. Nem que fosse chover ouro nesta assembleia o meu voto para partidos extremistas e espero ter apenas este partido extremista enquanto for membro desta assembleia, nunca votarei favoravelmente nenhuma proposta de nenhum partido extremista nesta assembleia. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS)[072](#)

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[073](#)

"Tem graça. Eu até acho que hoje é um dia histórico. Porque esta moção e provavelmente deve ter sido, foi efectivamente produzida pelo Bloco de Esquerda de Aveiro. As outras todas que temos assistido vêm lá de Lisboa e vocês fazem depois uma reprodução massiva nas Assembleia, aliás como o PCP também fez (acabou de nos presentear com uma).

A Moção até está bem. É uma recomendação. Dirão, foi aqui discutido o regimento em local próprio e agora perdemos a votação e tal. Eles entendem (o Bloco), e sinceramente do meu ponto de vista bem e eventualmente li o meu amigo Jorge Greno também votará a favor, e explico porquê! Isto é uma recomendação à Câmara.

Eu percebo que a Câmara tenha construído o regulamento nesta lógica, alguém propõe a coisinha tem de se vincular ao projecto. Não chega andar aí a fazer as propostas.

Tanto é que está prevista a possibilidade da parte do proponente ser em trabalho, etc. Aceito isso.

Esta Moção a única coisa que faz é a recomendação de olhar melhor para esta questão. Porque se um conjunto de cidadãos entender que faz todo o sentido um parque infantil em qualquer sítio, não posso entender como é que um privado possa entrar com um terço ou como se possa fazer a doação do ponto de vista de trabalho de gestão disso.

Digo um parque infantil como uma outra coisa, como exemplo o parque de treino para animais como aquele que foi feito e que não tem ninguém. Enfim, outra coisa qualquer.

Infelizmente, sim. Está fora de mão e fez grande sentido. Mas não quero puxar agora essa lógica (ouvem-se vozes).

O que eu gostaria de dizer era o seguinte. Esta proposta do meu ponto de vista faz algum sentido porque me parece que o regulamento inicial, como a Câmara propôs, dá ideia de ser uma tentativa de fazer ver ou dizer que tem um orçamento participativo. Vamos lá a ver depois como corre. Mas o que acho é que a recomendação faz todo o sentido. É uma recomendação não obriga a Câmara em nada, mas fica de alguma maneira vinculada à sensibilidade de assembleia para que a própria Câmara tenha atenção à própria gestão do Orçamento participativo e desta componente financeira, que do meu ponto de vista não faz qualquer sentido e pode limitar uma boa ideia para o município.

E portanto, neste sentido, diria momento quase histórico, não lhe apanhem o gosto, votarei favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda."

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁷⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁷⁵

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁷⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁷⁷

"Sobre esta proposta do Bloco de Esquerda, nós entendemos que a tal alínea do regulamento incentiva à participação da comunidade. É uma experiência piloto, uma experiência dinâmica e que carece de uma avaliação no futuro.

Nós concordamos nesta bancada com o regulamento porque participámos activamente nas propostas do executivo. Trabalhámos o regulamento nas nossas reuniões com o executivo. Por isso subscrevemos e apoiamos o regulamento da participação cívica no orçamento participativo.

Sobre uma proposta que em tempos anteriores veio cá do Bloco de Esquerda, nós bancada do PSD na altura votámos contra. Mas votámos contra porque a proposta do orçamento participativo do Bloco de Esquerda da altura trazia no regulamento alíneas que praticamente faziam substituir os eleitos pelos proponentes dos projetos e nisso não concordamos.

Quanto a esta proposta. Ao pé da minha casa há uma rotunda que podia ser exactamente o exemplo do que deve ser o orçamento participativo. Há lá uma rotunda que tem uma Palmeira no meio em que os autocarros passavam sempre por cima e estragavam o jardim todo. Juntamente com a Junta e com a Câmara, os vizinhos de acordo todos, combinaram com a Câmara e fez-se uma bolacha de betuminoso à volta da rotunda, para os autocarros que passassem por cima calcassem o betuminoso e não as flores. Mas porque é que o orçamento participativo faz sentido) É que as pessoas colaboraram e isto é um bom exemplo do que deve ser isso. Os vizinho dali foi quem colocaram lá as flores. São quem trata do Jardim. No fundo a Câmara investiu mas as pessoas continuam a participar e a contribuir no bem estar e na boa apresentação daquela rotunda.

Mas então isto trouxe-me algumas dúvidas. E então há dias falei com alguém que eu acho que é das pessoas que mais dinamiza as comunidades para a participação em projectos comunitários. E então fui tirar algumas ideias sobre as pessoas terem de pagar em bens ou patrocínios. E então da conversa que tivemos ele também acha muito bem que as pessoas devem participar. Devem participar e não apenas dar ideias. Porque ao envolver-se estão a tornar essa ideia comunitária. Coisa a que eles se dão e a que eles participam. E não tem que ser em dinheiro. Pode ser em dias de trabalho ou em patrocínios que faça com que a coisa aprovada seja objecto da comunidade, mas na qual a comunidade olha, cuida, trabalha e é de todos.

É por isso que nós achamos que a introdução desta alínea no Regulamento é mais do que um pagamento de algo que está no projecto. É uma ligação da comunidade para com o projecto."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁹

"Senhor Presidente, mais para dar informação de que discutir a proposta da proposta, uma vez que a mesma enferma de erros muito básicos e factuais e, portanto, não vale a pena, Mas acho que é importante para o debate aduzir duas ou três informações. Nós temos no nosso município três tipos de orçamento participativo. Temos o nosso orçamento normal a que a lei chama Grandes Opções do Plano e Orçamento, que é um orçamento participativo. O elevado número das opções de atividade sejam materiais, sejam imateriais, nascem da participação dos cidadãos na interação directa connosco. Somos eleitos e que os

representamos. Isto é para nós muito importante porque se a democracia é representativa nós representamos e, obviamente, o momento de diálogo não se cinge ao acto eleitoral, aliás quando nós próprios construímos um projeto de candidatura, construímo-lo com as pessoas pela audição que fazemos delas e, portanto, este é o nosso primeiro (e quer dizer com clareza) o nosso principal orçamento participativo.

Acabámos de aprovar no quadro desse orçamento participativo dez contratos que têm 27 projetos, que nasceram do diálogo dos nossos presidentes de junta e das suas equipas, num esquema com os nossos cidadãos. Eles próprios, aquelas 27 opções são maioritariamente exemplo desse diálogo e dessa participação dos cidadãos. E, portanto, este é o primeiro e o principal orçamento participativo, de uma democracia como a portuguesa, e de uma prática de Poder Local democrático como tem o município de Aveiro e as suas freguesias.

Temos um segundo tipo de orçamento participativo, foi pena que o Bloco não se dedicasse ao orçamento participativo, chama-se "Viva a Cidade" que foi um processo aberto, clássico, no sentido que as pessoas só tinham que apresentar a ideia minimamente estruturada e todo o trabalho de desenvolvimento do projeto (passar da ideia ao projeto execução e de elaboração da obra) em que todo o trabalho e o investimento é da Câmara e, portanto, nós já vivemos esse orçamento participativo. Tivemos 13 candidaturas, aprovámos 7 e dessas 7 uma é um excelentíssimo exemplo daquilo que é uma ação de quem teve a ideia mantém um acompanhamento permanente, ativo, daquilo que foi a ideia no trabalho que ela está a ter de se transformar em obra, estamos muito perto de lançar os concursos para concretizar a obra. E só lembrar apenas que o Viva a Cidade tem uma formalidade mais forte porque as obras vão ser financiadas por fundos comunitários, porque o Viva a Cidade integra o PEDUCA e, portanto, temos um muito bom exemplo em que os cidadãos acompanham, têm dinâmicas de rua, reúnem, fazem acções, trabalham permanentemente connosco e com os arquitetos estão a desenvolver o projeto de execução e relacionam o seu projeto, a sua ideia, com obras da câmara, que algumas já estão em fase de Visto no Tribunal de Contas.

Depois temos um outro dos sete que é um exemplo bom, mas não tão bom como este, porque há uma distância maior de quem teve a ideia ao desenvolvimento do projeto, mas ainda fica num patamar bom. Depois temos mais dois que a Câmara teve que adotar os projetos, porque um deles era ideia de um casal de brasileiros que estavam a fazer uma pós-graduação na nossa universidade e que entusiasmados e estimulado por um seu professor candidatou a ideia que foi aprovada e entretanto mudaram de vida e foi-se embora. E portanto o projecto morria ou a Câmara adotava. Nós adotámos. Gostamos do projeto e adotamo-lo como nosso. E há um outro também curiosamente aluno da Universidade, que nós também adotamos porque ela perdeu a possibilidade de acompanhar o projeto. Portanto dois que nós adotámos como nossos.

E depois há três que morreram. E morreram porque quem teve a ideia não quis saber daquilo para nada. Dois deles até me pareceram meros exercícios e já comentei isso com o professor que os estimulou, pareceu-me mero exercício para dizer ao professor que cumpriu preceito académico e depois não tinham interesse nenhum de cidadania para passar à execução física. Portanto o Viva a Cidade é um exercício clássico de orçamento participativo, importante porque integra o nosso PEDUCA, importante porque aquilo que vamos materializar vamos usar fundos comunitários. E portanto tem uma lógica de importância no quadro do PEDUCA muito alta. E não houve limitação financeira.

E temos um terceiro orçamento participativo que este (OPAD) Orçamento Participativo de Ação Direta. O que é que se quer aqui de forma diversa do orçamento participativo do Viva a Cidade ou de outros, quer-se que uma parte do projecto que se vai concretizar, tenha a mão, a cabeça, o dinheiro, de quem teve a ideia.

Alguém sem condição financeira pode estar neste processo? Claro que sim, absolutamente sim. Pode fazer uma candidatura em que a sua participação financeira é zero. E portanto o

que está aqui nesta proposta é uma falsidade absoluta porque o que se quer é garantir ação direta. Garantir à moda antiga. Olha nós agora se fizéssemos uma coisa destas, eu queria ver Moções traria o Bloco de Esquerda à nossa Assembleia Municipal a desancar no Casimiro Calafate porque andava aí instrumentalizar os cidadãos para trabalharem da borla para a Junta de Freguesia. Havia de ser o bonito. Até tem piada vê-se esse riso todo na cara do João.

Portanto a lógica é esta. É de que o orçamento participativo vá do início da ideia, tem que se lutar por ela, até ao fim da sua execução. Pode ser para parques infantis? Pode. Mas em principio não. Porque quem está a fazer os parques infantis são as Juntas e a Câmara. Alguns dos espaços que já fizemos foram ideias dos cidadãos por causa do orçamento participativo principal que é o primeiro.

Depois há aqui uma falácia. Que é o "participismo" urbano ou depressivo daqueles que não sabem o que é governar e não têm qualidade nem condição de aceder ao mandato de governar pelos cidadãos. E que inventa o "participismo" para fazer de conta que mandam.

Portanto eu quero apenas deixar claro que esta operação tem um carácter piloto. Vamos pilotá-lo e por isso quisemos fazer um exercício com normas e não com um regulamento municipal. Não temos aqui nenhum regulamento como sabemos todos. Queremos ganhar maturidade para depois fazermos um regulamento municipal, tudo com a devida formalidade, mas queremos aprender. Será que os dois terços está bem? Será melhor três quartos, será melhor meio, meio. Tantas dúvidas que temos. Será que a ponderação que fizemos para que as pequenas comunidades, para que as freguesias que só têm mil eleitores, possam ter um projecto aprovado ao mesmo tempo ou à frente de uma que tem trinta mil eleitores! Ninguém referenciou isso, mas até podia ser uma coisa que a participasse urbana ou depressiva elogia-se. Será que o exercício que desenhámos vai funcionar bem? Achamos que sim, mas temos que o testar.

Portanto queria apenas deixar esta nota informativa clara daquilo que é a nossa visão e a nossa gestão de orçamento participativo, na lógica mais importante que é o Orçamento que estamos a executar, que concebemos executamos, na lógica mais clássica de que o nosso exemplo é o Viva a Cidade. E nesta lógica que é verdadeiramente inovadora que é, garantir uma participação direta desde a ideia que se propõe, à ideia que ganha o direito de passar à fase seguinte e a corresponsabilidade de a concretizar a ideia, seja ela uma acção mais imaterial, ou uma acção mais material. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸¹

"Primeiramente queria responder às provocações que aqui foram dirigidas ao Bloco de Esquerda. Senhor deputado Raúl Martins o Bloco esquerda está tão vivo que o senhor deputado até saiu do Partido Socialista por causa das medidas que o Bloco de Esquerda impunha ao Governo. Isso é público, disse-o nas redes sociais. E Senhor deputado Jorge Greno, prova de vida do Bloco não poderia ser mais clara. No distrito hoje valemos o dobro que o CDS. E estamos a falar apenas do distrito de Aveiro, um dos bastiões do CDS. Quer maior prova de vida do Bloco de Esquerda, somos o dobro.

Sobre a questão que o Senhor Presidente disse, sobre a especulação que fez de qual seria a postura do Bloco de Esquerda na situação referida pelo senhor deputado Calafate. Temos de ser sérios. A Câmara Municipal passou os últimos dois três meses a fazer precisamente isso, acusando movimentos de cidadãos organizados que pensavam diferente, que tinham visões diferentes para a cidade, de estarem instrumentalizados e de estarem movidos por interesses obscuros, partidários, aquilo era tudo movido pelos partidos de oposição. É

preciso ter alguma seriedade, porque na verdade quem mediatizou o caso e quem fez questão de trazer para o debate público essa instrumentalização foi precisamente a Câmara Municipal. Portanto deixar claro e esclarecido essas três provocações.

Referindo-me à proposta e ao ponto que nos traz aqui. A nossa leitura mantém-se. Na prática este o orçamento participativo exige de quem faça uma proposta tenha de avançar com 10 mil euros para que seja executada. Isto é completamente inadmissível. Numa democracia não pode haver direito de admissão, a democracia não pode excluir os pobres e quem vive do seu trabalho, da participação plena através dos mecanismos que existem nas várias esferas da participação democrática em Portugal. E portanto nós consideremos a nossa proposta da maior pertinência, de forma a resgatar este mecanismo que nós consideramos que é valioso pelo seu princípio, e resgatá-lo para que seja assegurada a total igualdade e democraticidade do orçamento participativo. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento⁰⁸²

"Senhor Presidente foi invocado o meu nome e disseram que fiz uma série de coisas que não fiz. E portanto esclarecer que de facto o Bloco de Esquerda (não conheço o nome do deputado que falou) mas não só não sabem escrever as "provas de vida" como também não sabem ler.

De facto uma das coisas que me levou a sair do Partido Socialista, onde militei 35 anos, foi imagine o Partido Socialista aceitar dialogar e fazer parceria governamental com um Partido como o Bloco de Esquerda. Que fique isso registado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁸³ à votação o Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação - Das normas do Orçamento Participativo para garantir a democracia, a igualdade e a inclusão de cidadãos com menos recursos financeiros, sendo a mesma rejeitada, com vinte e cinco votos contra (PSD16+CDS6+IND1+PS2), zero abstenções, e onze votos a favor (PS7+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes deputados:

Vogal Ana Valente (PCP)

"Senhor Presidente, a transcrição em acta da minha intervenção."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"Senhor Presidente também a transcrição em acta da minha intervenção."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁸⁴ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁸⁵ a Sessão Ordinária de Fevereiro de 2020.

Eram 23:30 horas do dia 21 de Fevereiro de 2020.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do

disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)